

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

(ARTIGO 41º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL
OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA n.º 64-B/2025**

**“AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA,
EQUIPAMENTOS MOBILIÁRIOS, HARDWARE E SOFTWARE PARA O FUNCIONAMENTO DO BAIRRO
COMERCIAL DIGITAL DO MUNICÍPIO DE TÁBUA”**

INDICE

CAPÍTULO I	4
Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso	4
Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante	4
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º - Adjudicação por lotes e tipo de procedimento de contratação	4
Artigo 5.º - Consulta e Disponibilização da Peças do Procedimento	4
Artigo 6.º - Fases do Procedimento	5
Artigo 7.º - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento	5
Artigo 8.º - Candidatos/Concorrentes	5
CAPÍTULO II	6
APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS/FASE DE QUALIFICAÇÃO	6
Artigo 9.º - Qualificação de Candidatos	6
Artigo 11.º - Documentos comprovativos da capacidade técnica e financeira	7
Artigo 12.º - Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamento de candidatos	7
Artigo 13.º - Candidatura a qualificação e documentos	7
Artigo 14.º - Modo e prazo para apresentação da candidatura de qualificação	8
Artigo 15.º - Abertura de candidaturas de qualificação	8
Artigo 16.º - Esclarecimentos e suprimientos das candidaturas e qualificação	8
Artigo 17.º - Qualificação dos candidatos, relatório preliminar e relatório final da fase de qualificação	9
Artigo 18.º - Decisão de qualificação	9
CAPÍTULO III	9
FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
Artigo 19.º - Convite e Prazo para a apresentação das propostas	9
Artigo 20.º - Impedimentos	10
Artigo 21.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	10
Artigo 22.º - Propostas e documentos que a acompanham	10
Artigo 23.º - Apresentação de propostas variantes	11
Artigo 24.º - Modo de Apresentação das Propostas	11
Artigo 25.º - Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas	11
CAPÍTULO IV	11
ANÁLISE DAS PROPOSTAS	11
Artigo 26.º - Critério de adjudicação	11
Artigo 27.º - Exclusão de Propostas e Supressão de Irregularidades	12
Artigo 28.º - Preço anormalmente baixo	12
Artigo 29.º - Leilão eletrónico	13
Artigo 30.º - Relatórios	13
CAPÍTULO V	13
ADJUDICAÇÃO	13
Artigo 31.º - Decisão de Adjudicação	13
Artigo 32.º - Notificação da Adjudicação	13
Artigo 33.º - Documentos de habilitação	14
CAPÍTULO VI	15

DISPOSIÇÕES GENÉRICAS	15
Artigo 34.º - Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças	15
Artigo 35.º - Assinatura eletrónica.....	15
Artigo 36.º - Despesas inerentes à celebração do contrato	15
Artigo 37.º - Caução.....	15
Artigo 38.º - Caducidade da Adjudicação.....	16
Artigo 39.º - Aprovação e Aceitação da Minuta do Contrato.....	16

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto o fornecimento de solução tecnológica para a constituição de um Bairro Comercial Digital (BCD), conforme aviso n.º12/C16-i02/2023, lançado pelo IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação, nos termos melhor definidos no Caderno de Encargos. Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos), objeto principal: 48481000-3 Pacote de software para vendas ou marketing. Objeto complementar: 32420000-3 Equipamento de rede.

2. Este procedimento reveste a forma de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do preceituado na alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º e do artigo 162.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, (doravante CCP).

Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante

1.A entidade adjudicante é o Município de Tábua, sito na Praça da República – 3420-308 Tábua, pessoa coletiva número 506806944, telefone n.º 235410340, fax n.º 235410349 e com o endereço de correio eletrónico geral@cm-tabua.pt e site: <https://www.cm-tabua.pt/>.

2.A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente procedimento é [acingov](https://www.acingov.pt/) e encontra-se disponível em <https://www.acingov.pt/>.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, articulada com o n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), pela deliberação n.º164, tomada em Reunião de Câmara de 22 de maio de 2025.

Artigo 4.º - Adjudicação por lotes e tipo de procedimento de contratação

1. Não haverá lugar à adjudicação por lotes, ao abrigo do previsto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP. A separação em lotes pode causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, tendo em conta o prazo de execução, a complexidade técnica da solução, a interligação e operação de toda a solução bem como a eficiência na gestão dos contratos.

2. O presente procedimento concursal assume a forma de um procedimento de Concurso Limitado por Prévia Qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 5.º - Consulta e Disponibilização da Peças do Procedimento

1. O meio eletrónico de disponibilização das peças do procedimento é a plataforma eletrónica de contratação pública, [acingov](https://www.acingov.pt/), acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, onde será integralmente disponibilizado todo o processo do procedimento, este acesso é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento.

2. O processo do procedimento é constituído pelas seguintes peças.

- a) O presente Programa do Procedimento e Anexos;
- b) O Caderno de Encargos e Anexos (incluindo o Programa Preliminar);

- c) O convite à apresentação de propostas.

Artigo 6.º - Fases do Procedimento

O presente concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) Apresentação de propostas;
- c) Adjudicação.

Artigo 7.º - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das candidaturas/propostas, podem ser apresentados pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e a interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve ser apresentada uma lista na qual os concorrentes identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, caso existam, nos termos do art.º 50.º do CCP, os quais devem ser apresentados, por escrito, através da plataforma eletrónica.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das candidaturas/propostas, o órgão competente deve prestar os esclarecimentos solicitados.
3. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no n.º 2, desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no n.º 1, obriga à prorrogação do prazo para a entrega das candidaturas/propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças procedimentais a que digam respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.
5. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 8.º - Candidatos/Concorrentes

1. No presente procedimento são candidatos as pessoas, singulares ou coletivas, que apresentem uma candidatura na fase da qualificação, sendo concorrentes, as pessoas, singulares ou coletivas, que apresentem uma proposta na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação.
2. Não podem ser candidatos ou concorrentes, ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
3. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta, com as legais cominações.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros de agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato.
7. No caso de a Adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão obrigatoriamente antes da celebração do contrato, em agrupamento complementar de empresas ou em consórcio externo e em regime de responsabilidade solidária.

8. Cada uma das entidades que compõe o agrupamento, e na medida em que vão prestar diferentes atividades, deve apresentar os documentos que são exigidos para acompanhar as propostas.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS/FASE DE QUALIFICAÇÃO

Artigo 9.º - Qualificação de Candidatos

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação previsto no n.º 1 do artigo 179.º do CCP.
2. Serão qualificados todos os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira, previstos na Artigo 10.º do presente Programa de Procedimento.

Artigo 10º - Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira

1. Rácios financeiros, a média do Ebitda dos últimos 3 anos deve ser no mínimo 1.454.229,68€ (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e nove euros e sessenta e oito cêntimos), correspondente a duas vezes o valor do preço base.
2. Utilização de Data Center localizado em território nacional, para alojamentos das soluções:
 - a) Data Center certificado Tier III para alojamento de aplicações, dados e equipamentos;
3. Certificação em Segurança da Informação por referência à Norma ISO 27001 para instalação e/ou implementação de soluções que abranjam o segmento empresarial.
4. Certificações ISO (ou equivalentes):
 - a) Certificação de Qualidade por referência à Norma ISO 9001;
 - b) Certificação de Ambiente por referência à Norma ISO 14001;
 - c) Certificação em Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação por referência à Norma ISO 20000-1;
5. Capacidade de entrega de espectro na banda da rede móvel nacional 5G, na posse das seguintes licenças.
6. Experiência comprovada em projetos semelhantes, demonstrando cumulativamente, experiência nos seguintes tipos de projeto:
 - a) 3 (três) projetos no território nacional de Smart Cities implementados em entidades públicas, que contenham plataforma central de agregação de várias verticais e com implementação de salas de gestão e controlo, e respetivos serviços;
 - b) 2 (dois) projetos de implementação de novas redes de comunicação NB-IoT, cada um com uma dimensão superior a 50 (cinquenta) unidades de sensorização.
7. Certificado dos recursos alocados à execução do projeto:
 - a) O gestor de projeto deve ter as certificações Project Management Professional (PMP).

Para o ponto 1, 3, 4 e 6 devem ser integralmente cumpridas pelo candidato não podendo o mesmo recorrer à subcontratação para preenchimentos dos requisitos mínimos em causa.

Artigo 11.º - Documentos comprovativos da capacidade técnica e financeira

Os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira fixados no presente artigo são comprovados mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Para comprovar a sua capacidade financeira, os candidatos ou, no caso de um agrupamento, os membros do agrupamento, deverão apresentar declaração certificada por Técnico Oficial de Contas, relativa ao volume global de negócios dos últimos 3 (três) exercícios, apresentando as Informações Empresariais Simplificadas (IES) dos últimos 3 anos (exercícios), que permitam comprovar os rácios pedidos no ponto 1 do artigo 10.º;
- b) Certificado do Data Center detido para alojamento das soluções;
- c) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 27001, ou equivalente;
- d) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 9001, ou equivalente;
- e) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 14001, ou equivalente;
- f) Cópia do Certificado comprovativo da detenção da Norma ISO 20000-1, ou equivalente;
- g) Licenças (emitidas pela Autoridade Nacional das Comunicações - ANACOM) para comunicações móveis de voz e dados, 5G, em Portugal;
- h) Declaração sob compromisso de honra assinada pelo candidato, com indicação do contacto do Cliente que possa atestar a veracidade da informação, de forma a confirmar a experiência em projetos relevantes de acordo com o definido na alínea a. do ponto 6. do artigo 10.
- i) Declaração sob compromisso de honra assinada pelo candidato a descrever os projetos de acordo com o definido na alínea b. do ponto 6. do artigo 10.
- j) CV com respetivos certificados válidos do GP expurgado dos dados pessoais substituídos pela primeira letra no primeiro nome e primeira letra do último nome.

Artigo 12.º - Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamento de candidatos

1. No caso do candidato ser um agrupamento, considera-se, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 182.º do CCP, que preenche os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira indicados no Artigo 10.º do presente Programa de Procedimento, desde que, relativamente a cada requisito, um dos membros os preencha individualmente, salvo o disposto na alínea seguinte.

2. Os requisitos mínimos definidos na alínea 1, 3, 4 e 6 do artigo 10.º devem ser preenchidos por todos os membros do agrupamento.

Artigo 13.º - Candidatura a qualificação e documentos

1. A candidatura deve observar as regras previstas nos artigos 168.º e 171.º, ambos do CCP, sendo constituída obrigatoriamente, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado online (por carregamento do ficheiro “espd-request.xml”. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser

preenchido um DEUCP por cada membro que o integra. Deve ser submetido com o título DEUCP _designação candidato.pdf;

- b) Documentos destinados à qualificação dos candidatos, indicados no Artigo 11º deste Programa de Procedimento;
 - c) Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura deve ainda ser constituída por uma declaração, através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.
2. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
3. No caso de agrupamento de candidatos, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

Artigo 14.º - Modo e prazo para apresentação da candidatura de qualificação

1. A candidatura e os documentos que a acompanham devem ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: <https://www.acingov.pt> até às 23h59m do **décimo quinto (15.º) dia** a contar do envio para publicação do anúncio em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).
2. As candidaturas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos candidatos ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 15.º - Abertura de candidaturas de qualificação

1. O Júri, no primeiro dia útil a seguir ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicitação da lista de candidatos na plataforma eletrónica.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua candidatura.
3. . Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 16.º - Esclarecimentos e suprimientos das candidaturas e qualificação

1. O júri do procedimento pode pedir aos candidatos os esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação, que considere necessários para efeitos de análise das candidaturas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos candidatos fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 184º do CCP.

3. Os candidatos obrigam-se a prestar os esclarecimentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da receção do pedido do júri.

4. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os candidatos ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 17.º - Qualificação dos candidatos, relatório preliminar e relatório final da fase de qualificação

1. A análise das candidaturas será realizada com base na verificação e análise da documentação entregue e, se necessário, com base nos esclarecimentos solicitados aos candidatos, nos termos do disposto no artigo 183.º do CCP.

2. São qualificados todos os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira.

3. Após a análise das candidaturas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a qualificação dos candidatos.

4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos candidatos por meio da plataforma eletrónica, para aqueles, que querendo, se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.

5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos candidatos se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidato se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

6. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso limitado por prévia qualificação, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, nomeadamente para efeitos de qualificação de candidatos.

Artigo 18.º - Decisão de qualificação

1. O órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de qualificação no prazo máximo de 44 dias após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procedendo à notificação de todos os candidatos e remetendo aos mesmos o relatório final da fase de qualificação.

2. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

CAPÍTULO III FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 19.º - Convite e Prazo para a apresentação das propostas

1. Com a notificação referida no artigo 18.º, a entidade adjudicante envia aos candidatos qualificados, em simultâneo e através da plataforma eletrónica, um convite para apresentação das propostas.

2. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço: <https://www.acingov.pt/> até às 23h59m do décimo (10.º) dia a contar da data de envio do convite.

Artigo 20.º - Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar agrupamentos concorrentes as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, com as necessárias adaptações.

Artigo 21.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 22.º - Propostas e documentos que a acompanham

1. Nos termos do artigo 56.º n.º 1 do CCP, a proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos (documentos de entrega obrigatória, sob pena de exclusão):
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP). O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra. Deve ser submetido com o título DEUCP designação concorrente.pdf (documento a anexar pelo concorrente);
 - b) No caso de pessoa coletiva o concorrente deve juntar cópia da Certidão de Inscrição no Registo Comercial e declaração da representação de poderes, no caso da proposta e restantes documentos serem assinados por representante com poderes para abrigar o concorrente (documento a anexar pelo concorrente);
 - c) Documentos dos quais constem os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:
 - i) Preços unitários de cada componente da candidatura e preço total da proposta (conforme mapa de quantidades disponibilizada na plataforma);
 - ii) Cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à prevista para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos;
 - iii) Memória descritiva de acordo com as atividades estabelecidas pelo Caderno de Encargos, que evidencie os seguintes aspetos:
 - Identificação de todos os trabalhos, serviços e soluções a prestar e descrição dos equipamentos e quantidades incluídas na proposta;

- Entendimento sobre os objetivos e o âmbito do projeto de acordo com os requisitos identificados no caderno de encargos, de modo a evitar áreas de atuação ambíguas;
- Detalhe da abordagem de trabalho e da metodologia de execução do projeto, identificando claramente as questões críticas, as atividades, os tempos e os entregáveis de cada fase;
- Programa de trabalhos, detalhado e estruturado, com o diagrama cronológico (em dias), a sequência de tarefas a realizar e os tempos previstos, devendo se e evidente o prazo de ativação dos serviços e soluções, de entrega de equipamentos, bem como os prazos intermédios associados às atividades previstas no Cadernos de Encargos;
- Explicação clara do modelo de governo do projeto, incluindo o papel de cada elemento da equipa: funções/responsabilidades, perfil de competências, periodicidade com que se reúnem e outras formas de interação, bem como a articulação com a equipa da entidade adjudicante.

d) Quaisquer outros documentos que o proponente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

3. Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

Artigo 23.º - Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 24.º - Modo de Apresentação das Propostas

1. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica.

2. Independentemente do formato ou da forma (zip., rar., pdf., tif., etc...) como são apresentados os documentos eletrónicos, o carregamento/assinatura eletrónica dos documentos devem ser efetuados mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Artigo 25º - Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

CAPÍTULO IV ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 26.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade multifator, nos termos do artigo 74.º, n.º 1, al. a) do CCP, com base no **Anexo VI – Modelo de Avaliação das Propostas**.

2. Os preços devem ser apresentados em Euros com apenas duas casas decimais e não incluem IVA. Quer

as pontuações parcelares dos critérios quer a pontuação global serão determinadas com duas casas decimais sendo os arredondamentos feitos, em ambas as situações, para o centésimo mais próximo. No caso de um valor exatamente intermédio, o arredondamento será feito por excesso.

3. Em caso de empate entre as propostas, as mesmas serão classificadas em função da pontuação que cada uma delas obtiver no subfactor preço. Mantendo-se ainda o empate será adjudicada a proposta na sequência de sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

4. Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

5. O sorteio será composto por bolas brancas numeradas de 1 até ao número total de concorrentes em situação de empate, e acondicionadas num saco preto opaco. Os representantes dos concorrentes devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco as bolas começando pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo. Os concorrentes ausentes do sorteio ou que se recusem a retirar a bola do saco, serão representados por um dos elementos do júri, designado pelo Presidente do júri.

6. Ficará em primeiro lugar a proposta cujo pontuação na respetiva bola do sorteio seja maior, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontuação.

Artigo 27.º - Exclusão de Propostas e Supressão de Irregularidades

1. Após abertura de proposta (s), seguir-se-á uma fase de análise da regularidade da(s) mesma(s) na sequência da qual o Júri e a entidade adjudicante formularão os pedidos de esclarecimentos ao(s) concorrente(s) que repute(m) de necessários ao suprimento das irregularidades por si qualificadas como respeitando a formalidades não essenciais.

2. Os fundamentos de exclusão da proposta são os previstos nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

3. São ainda excluídas as propostas cujo somatório dos preços unitários propostos para as componentes de reabilitação urbanística do BCD, da instalação de sistemas de conectividade comuns, e aquisição e instalação de mobiliário urbano, a que se referem os **artigos 1.1 e 1.2** do mapa de trabalhos, **seja superior a 140.325,00€** (cento e quarenta mil, trezentos e vinte e cinco euros).

4. São também excluídas as propostas apresentadas por concorrentes /agrupamentos em desconformidade com o estatuído no presente Programa e no Caderno de Encargos.

Artigo 28.º - Preço anormalmente baixo

1. Nos termos do artigo 71º do CCP, serão consideradas propostas com preço anormalmente baixo, as propostas que apresentem o valor inferior a 85% do preço base do presente procedimento.

2. Nos termos do n. 2 do artigo 71 do CCP, a definição de um preço anormalmente baixo justifica-se pela necessidade de garantir a boa execução dos serviços, bem como a qualidade da solução e equipamentos a fornecer.

3. A entidade pública adjudicante deve fundamentar a decisão de exclusão de uma proposta anormalmente baixa, solicitando previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta.

4. Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente nos termos do número anterior, pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente:

- a) À economia do processo de desenvolvimento, de fabrico de hardware ou de prestação do serviço;
- b) Às soluções técnicas adotadas ou às condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente comprovadamente disponha para a execução da prestação objeto do contrato a celebrar;
- c) À originalidade da solução, dos bens ou dos serviços propostos;
- d) Às específicas condições de trabalho de que beneficia o concorrente;
- e) À possibilidade de obtenção de um auxílio de Estado pelo concorrente, desde que legalmente concedido;
- f) À verificação da decomposição do respetivo preço, por meio de documentos comprovativos dos preços unitários incorporados no mesmo, nomeadamente folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a conformidade dos preços apresentados e demonstrem a sua racionalidade económica;
- g) Ao cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, referidas no n.º 2 do artigo 1.º-A.

Artigo 29.º - Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 30.º - Relatórios

1. O júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as de acordo com o critério referido no artigo 26.º.
2. No relatório mencionado no número anterior, o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso, tendo em conta o disposto no artigo precedente.
3. O relatório é submetido a audiência prévia dos concorrentes, a promover pelo júri do procedimento, concedendo-se, para o efeito, um prazo de 5 dias úteis.
4. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão da entidade proponente, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta.

CAPÍTULO V ADJUDICAÇÃO

Artigo 31.º - Decisão de Adjudicação

Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta classificada em primeiro lugar.

Artigo 32.º - Notificação da Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário é ainda notificado para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 32.º;
- b) Prestar caução, nos termos do disposto no artigo 37.º;
- c) Se pronunciar sobre a minuta de contrato.

3. A notificação a que se refere o presente artigo é acompanhada do Relatório Final.

Artigo 33.º - Documentos de habilitação

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o notifica o adjudicatário para, no prazo de 10 dias úteis, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, que se encontra nas seguintes situações:
 - i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- d) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizada, nos termos da Lei 89/2017, de 21 de agosto, com comprovativo da respetiva consulta.
- e) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamentos, documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário numa das modalidades previstas no n.º 3 do art.º 25.º deste Programa;
- f) Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável, e quanto aos requisitos impostos pelos artigos 8.º e 10º do programa;

2. O Adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

3. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito.

5. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 10 dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

6. Nos casos previstos nos números anteriores, a Entidade Adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

Artigo 34.º - Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças

1.A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, identificado no artigo 2.º: e disponível em <https://www.acingov.pt>.

2.O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.

3.O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma eletrónica.

Artigo 35.º - Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

4.A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas é motivo de exclusão.

Artigo 36.º - Despesas inerentes à celebração do contrato

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

2. Todas as referências ao CCP constantes do presente procedimento devem ser entendidas como referências para o respetivo regime, o qual deverá ser aplicado com as adaptações próprias do regime ad hoc característico dos setores especiais.

Artigo 37.º - Caução

1. O adjudicatário deverá prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação, uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor de 5% do preço contratual.

2. A caução referida no número anterior deve ser prestada nos termos dos modelos disponíveis no presente programa de concurso e na plataforma eletrónica.

Artigo 38.º - Caducidade da Adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o não cumprimento pelo adjudicatário do disposto nos artigos 32.º ou 33.º, dá lugar à caducidade da adjudicação.
2. No caso previsto no número anterior, é adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 39.º - Aprovação e Aceitação da Minuta do Contrato

1. A minuta de contrato a celebrar é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

Paços do Município de Tábua,

O Vice Presidente da Câmara,

(António Manuel Fonseca Oliveira)

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Documento Europeu Único de Contratação Pública (a que se refere o n.º 6 do Art.º 57.º do CCP)

No Artigo 13.1 alínea c) é solicitado o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP). Solicitamos o envio do mesmo em formato editável.

1. O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica Portal Base, no link: <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>, ou em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>;
2. Selecionar “Sou um operador económico” e “Criar resposta”;
3. Selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”;
4. Preencher a totalidade do formulário, descarregá-lo em formato pdf, assinar e juntá-lo aos documentos a submeter no procedimento.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(Assinatura com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios, ou dos seus representantes legais)

(1) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III – Modelo de garantia bancária

O Banco....., com sede em....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de....., presta a favor de..... (entidade adjudicante), garantia autónoma, à primeira solicitação (“on first demand”), no valor de....., correspondente a.... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações legais e contratuais que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a..... (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto..... (objeto do contrato), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da... (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro).

Data.

Assinaturas.

ANEXO IV – Modelo de guia de depósito

Euros:€

Vai, residente (ou com escritório) em, na, depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para a..... (objeto do contrato), para os efeitos do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

Este depósito fica à ordem de..... (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.

Assinaturas

ANEXO V – Modelo de seguro caução

A companhia de seguros....., com sede em....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de....., presta a favor de..... (entidade adjudicante) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação (“on first demand”), no valor de....., correspondente a..... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações legais e contratuais que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a..... (entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto..... (objeto do contrato), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da..... (entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à..... (entidade adjudicante) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro).

Data

Assinaturas

ANEXO VI
MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A fórmula de aplicação do critério é:

$$\text{Pontuação Final} = (60\% \cdot P) + (20\% \cdot DT) + (20\% \cdot MT)$$

Em que:

P: Preço

DT: Descrição técnica

MT: Metodologia de implementação

Para análise dos fatores, a pontuação atribuída a cada fator varia entre 0 e 100.
Os arredondamentos serão, sempre, realizados à terceira casa decimal.

1 – Avaliação do Fator: Preço (P)

O Fator Preço (P) obtido da através da seguinte fórmula:

$$P = 100 \times \frac{(P_{base} - P_p)}{(P_{base})}$$

Em que:

P - Pontuação do Preço

P_{base} - Preço Base

P_p - Preço proposto

2 – Avaliação do Fator: Descrição Técnica (DT)

O Fator Descrição Técnica (DT) obtido da através da tabela:

Descrição	Pontuação a atribuir
A proposta apresenta as soluções propostas sem qualquer detalhe.	0
A proposta descreve com algum nível de detalhe algumas das soluções previstas em caderno de encargos.	20
A proposta descreve de forma clara e com detalhe as principais soluções previstas em caderno de encargos.	50
A proposta descreve de forma clara e com detalhe todas as soluções previstas no caderno de encargos e evidencia a interdependência possível entre soluções que potenciam um ecossistema tecnológica do Bairro Comercial Digital.	100

3 - Avaliação do Fator : Metodologia de implementação (MT)

O Fator Metodologia de implementação (MT) obtido da através da tabela:

Descrição	Pontuação a atribuir
A proposta apresenta apenas referência ao prazo de implementação.	0
A proposta apresenta um cronograma de trabalhos para os principais entregáveis do projeto.	20
A proposta apresenta um cronograma com todas as fases e respetivos prazos associados detalhados.	50
A proposta apresenta um plano de trabalhos e cronograma exaustivo com todas as fases e respetivos prazos associados detalhadas, assentando em metodologia consultiva que permita potenciar o impacto do projeto no Bairro Comercial Digital.	100